

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCI • Nº 220

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 24 de dezembro de 2014

Nome e tipo sanguíneo em EPIs de motociclistas

Nova lei prevê que informações sejam anotadas nos equipamentos de proteção individual para facilitar atendimento em caso de emergência

Anselmo Monteiro

O objetivo principal da Lei nº 15.369, de 9 de setembro de 2014, é “guardar vidas”. Assim define o deputado Isaltino Nascimento (PSB), autor da norma segundo a qual o nome, o tipo e o fator sanguíneo dos condutores de motos sejam anotados nos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como capacete e cotoveleiras, para agilizar o atendimento em casos de acidente.

A lei beneficiará os motociclistas de empresas de serviços de entrega expressa de encomendas no Estado. A nova norma entrará em vigor no início de janeiro de 2015, após o prazo de 120 dias da promulgação pelo presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Uchoa (PDT).

Em seu artigo 1º, a nova lei determina que as empresas públicas e privadas empregadoras de motociclistas em serviços de entrega, atendimento ou transporte, “ficam obrigadas a colocar nos

Equipamentos de Proteção Individual de Segurança (EPIs), em lugar visível, o nome do funcionário condutor, seu tipo sanguíneo e o fator RH”.

De acordo com a lei, são considerados EPIs, as luvas, botas, além do macacão dividido em duas peças (calça e jaqueta de couro ou impermeável), capacete, jaqueta air-bag para motoqueiro e coletes. Os modelos deverão ser dos tipos determinados pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e listados em norma específica. As empresas usuárias dos serviços de condutores autônomos de motocicletas também estão obrigadas a cumprir as novas regras.

Os gestores de empresas deverão ficar muito atentos para garantir o cumprimento da nova lei, pois as penalidades vão desde advertência, na primeira infração, a multa que varia de R\$ 1 mil até R\$ 100 mil, nos casos de envolvimento de empresas privadas. Quanto às empresas públicas, seus dirigentes serão

responsabilizados.

Isaltino Nascimento explicou que a ideia de propor uma norma para ampliar a segurança e mais efetivo socorro nos casos de acidentes com motos, veio de sua experiência como secretário Estadual de Transportes, entre 2011 e 2013.

“Naquele período, acompanhei o trabalho do Comitê Estadual de Prevenção de Acidentes com Motos. Passei a conhecer melhor o problema e acompanhar os dados estatísticos. Boa parte das vítimas é de pessoas ligadas a empresas de entregas. Essencialmente, a proposta é minimizar as sequelas em caso de acidente. Os números são muito elevados. Melhor investir em segurança, que gastar tentando consertar o que se perde num acidente”, justificou o parlamentar.

Para Isaltino, a lei tem dupla função. Ao obrigar a anotação do tipo e do fator sanguíneo e do nome por extenso nos equipamentos de proteção, ela induz a uma maior fiscalização do uso



WILLIAMS AGUIAR



ROBERTO SOARES

AUTOR - Luvas, coletes, cotoveleiras e capacetes deverão ter identificação do condutor da moto, segundo a norma proposta por Isaltino Nascimento (E), após experiência como secretário Estadual de Transportes

exclusivo e individualizado dos EPIs.

“São pequenos detalhes, mas de grande importância numa emergência de rua. Ajudam o socorrista no

atendimento e, em casos mais graves, contribuem para adiantar o atendimento de emergência. Ganha-se tempo e há chances maiores de salvar vidas. Às vezes,

são necessárias intervenções cirúrgicas complexas, e a garantia de uso do sangue adequado, pode ser a diferença entre viver e morrer”, explicou o deputado.

Repercussão positiva entre os profissionais

Apesar de implicar custos maiores, o gerente de delivery do grupo Pizzaria Atlântico, Eric Pacheco, responsável por uma equipe de 110 motoqueiros em serviços de entrega, garante que a nova lei é muito bem-vinda e deverá ser rapidamente

aplicada em favor de sua equipe de profissionais.

“Nossa prioridade é a segurança. Todas as iniciativas neste sentido serão sempre bem recebidas por nós. O empregado vai atuar mais protegido e o empregador terá maior garan-

tia de contar com seus profissionais em plenas condições de trabalho”, avaliou o gerente.

O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Moto, Motoqueiros, Moto-boys, Motomens e Afins de Pernambuco (Sindimoto-

PE), Francisco Machado, disse que a nova lei estará entre os itens a serem discutidos na convenção coletiva de trabalho da categoria, prevista para o início de 2015. A entidade de classe vai propor que a anotação do tipo sanguíneo

passa a ser cobrada dos profissionais no ato de admissão no emprego.

Para Machado, o Sindimoto-PE pretende investir em campanhas para evitar o compartilhamento de EPIs entre motoqueiros. “Com a nova lei, se um motoqueiro

se acidentar, usando equipamento emprestado, pode confundir os socorristas, pois o tipo sanguíneo anotado será de outra pessoa. Vemos essa questão com certa preocupação. Mas, sem dúvida, a lei é muito positiva no geral”, comentou.

Atos

ATO Nº. 1109/14

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 137/2014, da Deputada Raquel Lyra, **RESOLVE**: exonerar **CARMEM MIRIAM DE AZEVEDO ALVES**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, a partir de 02 de janeiro de 2015, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 23 de dezembro de 2014.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 1110/14

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 109/2014, do Deputado Everaldo Cabral, **RESOLVE**: nomear os servidores para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, a partir de 1º de janeiro de 2015, nos termos da Lei n.º 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
CILENE MARIA DA COSTA	ASSESSOR ESPECIAL/PL-ASC	57%
WALTON FREDERICO FERREIRA SPENCER	ASSESSOR ESPECIAL/PL-ASC	56,23%
MIRIAN DEOCLÉCIO DE ARAÚJO	SECRETÁRIO PARLAMENTAR/PL-SPC	120%

Sala Torres Galvão, 23 de dezembro de 2014.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 1111/14

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 148/2014, da Deputada Raquel Lyra, **RESOLVE**: nomear **CARMEM MIRIAM DE AZEVEDO ALVES**, para o cargo em comissão de Secretária Parlamentar, Símbolo PL-SPC, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 120% (cento e vinte por cento), a partir de 02 de janeiro de 2015, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 23 de dezembro de 2014.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 1112/14

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº. 098/2014, do Deputado Adalberto Cavalcanti Rodrigues, **RESOLVE**: nomear os servidores para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, a partir de 02 de janeiro de 2015, nos termos da Lei n.º 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
ANDERSON DA SILVA FERREIRA	Assessor Especial/PL-ASC	120%
GETÚLIO DIAS DE BRITO	Assessor Especial/PL-ASC	120%

Sala Torres Galvão, 23 de dezembro de 2014.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 1113/14

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº. 109/2014, do Deputado Everaldo Cabral, **RESOLVE**: exonerar dos cargos em comissão daquele Gabinete, conforme planilha abaixo, a partir do dia 31 de dezembro de

corrente ano, nos termos da Lei nº. 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	CARGO	SÍMBOLO
FELIPE DIEGO VIANA PEREIRA DE CARVALHO	ASSESSOR ESPECIAL	PL-ASC
ROSEANE MARIA LINS DE ALBUQUERQUE	ASSESSOR ESPECIAL	PL-ASC
AERSON JOSÉ DANTAS VIANA DE LIMA	SECRETÁRIO PARLAMENTAR	PL-SPC

Sala Torres Galvão, 23 de dezembro de 2014.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 1114/14

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº. 098/2014, do Deputado Adalberto Cavalcanti Rodrigues,

RESOLVE: exonerar dos cargos em comissão daquele Gabinete, conforme planilha abaixo, a partir do dia 31 de dezembro do corrente ano, nos termos da Lei nº. 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	CARGO	SÍMBOLO
DANIEL WILLIAM CAMPOS COELHO	Assessor Especial	PL-ASC
DANILO JOSÉ CAMPOS COELHO	Assessor Especial	PL-ASC

Sala Torres Galvão, 23 de dezembro de 2014.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

Atas de Comissões

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA PRIMEIRA COMISSÃO E DA QUINTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA REALIZADA NO DIA VINTE DE MAIO DE DOIS MIL E QUATORZE.

A audiência pública teve início às 11h (onze horas) do dia 20 (vinte) de maio do corrente ano, no Auditório, localizado no sexto andar do Anexo I desta Assembleia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho desta Casa Legislativa, nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital das Presidências dos Colegiados Técnicos das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça e de Educação e Cultura, respectivamente as Deputadas Raquel Lyra e Laura Gomes. Realizou-se a Audiência Pública com a finalidade de debater acerca do Projeto de Lei Ordinária nº 1932/2014, o qual cria o Conselho Estadual de Política Cultural e o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural no âmbito do Estado de Pernambuco, de autoria do Governador do Estado. As presidentes Deputadas Raquel Lyra e Laura Gomes iniciam a reunião agradecendo a presença de todos, inclusive dos Deputados Waldemar Borges, Ângelo Ferreira, Tony Gel, Sérgio Leite. A Deputada Raquel Lyra registra que a presente reunião foi solicitada pela relatora do Projeto, Deputada Teresa Leitão. Em seguida a Deputada Raquel Lyra convida para compor a mesa a Sra. Fernanda Matos, representante do Ministério da Cultura, substituindo o Sr. Bernardo Machado Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura que não pode estar presente por compromissos assumidos em Brasília, conforme explica a representante. A Deputada Raquel Lyra registra a presença de algumas pessoas, entre estas o Sr. George Luiz Domingues, presidente da ASSIMPE; o Sr. Sérgio Trindade, membro da Federação de Quadilhas Juninas; o Sr. Edvaldo de Paula, Diretor de Cultura da Prefeitura de Surubim; a Sra. Rivânia Rodrigues da Silva; o Sr. Roger Queiroz, advogado; a Sra. Maria de Fátima Pereira, Diretora de Assuntos Culturais da Prefeitura de Surubim; a Sra. Fabiula Bandeira, vice-presidente do Bloco Boêmios da Boa Vista; a Sra. Maria de Andrade da Comissão dos Escritores; a Sra. Maria Betânia de Araújo, diretora do Museu da Cidade do Recife; a Sra. Maria Dalva, diretora do Conservatório Pernambucano de Música; e ainda diversos membros da FUNDAJ e da FUNDARPE. A presidente Raquel Lyra assume a condução da Audiência Pública e afirma que esta audiência tem por objetivo discutir o Projeto de Lei o qual cria o Conselho Estadual de Política Cultural e o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural no âmbito do Estado de Pernambuco, de autoria do Governador do Estado, porque há um clamor da sociedade que deseja participar das discussões que envolvem as políticas públicas de uma maneira geral. Em seguida a Deputada Laura Gomes que também preside a reunião, agradece a presença de todos, agradece à Deputada Raquel Lyra a audiência conjunta entre as comissões, registra a presença do caruaruense Israel Filho e fala da importância da Lei ser debatida com os segmentos dos artistas e da população em geral. A Deputada Laura Gomes também se pronuncia e defende que a discussão na Audiência Pública contribua para que a lei seja legitimada e atinja seus objetivos, dentre estes o de melhorar a vida da população, criando conselhos que são instâncias democráticas. Diz ainda a parlamentar que este é um momento histórico, pois a cultura faz parte não apenas do processo educacional, mas a cultura em si, liberta. A Deputada Raquel Lyra em seguida explica como será conduzida a audiência, explica como se dará o processo de organização das falas e passa a palavra para o Secretário de Cultura, Sr. Marcelo Canuto. O Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco, Sr. Marcelo Canuto se pronuncia cumprimentando todos os presentes e afirmando que a ideia deste encontro é aprimorar o projeto do Governo do Estado. Diz ainda que o projeto procura similaridade com as diretrizes nacionais para a cultura, garantindo a paridade, definindo atribuições e competências. O secretário segue dizendo que o projeto está enxuto e que o debate vai continuar. Explica o alcance do projeto e lê alguns parágrafos do texto, fala das consultas que foram feitas para constituir o Projeto de Lei e explica a proposta de funcionamento dos conselhos e conclui seu primeiro pronunciamento. A Deputada Laura Gomes faz uso da palavra para registrar a presença de alguns representantes da Cultura em Pernambuco, entre estes o Sr. Feliciano Félix da Associação de Teatro de Pernambuco e convida a Sra. Silvana Meireles, representante da Fundação Joaquim Nabuco para compor a mesa. A Deputada Laura Gomes convida todos para que também participem da Audiência Pública que será realizada por iniciativa da Comissão de Educação e Cultura que discutirá a preservação do frevo e o Projeto Cultura Viva. Em seguida passa a palavra ao Presidente da Fundarpe, Sr. Severino Pessoa que cumprimenta todos em nome do Maestro Ademar Araújo e registra a presença do Deputado Aluizio Lessa. O presidente Severino Pessoa explica com mais detalhes o Projeto de Lei. Diz da participação da FUNDARPE. Explica várias questões presentes no projeto, inclusive o pagamento de ajuda de custo, diferenciando-a de salário. Em seguida a Deputada Raquel Lyra agradece as intervenções dos que até agora se pronunciaram e faz mais alguns registros de presenças, para posteriormente passar a palavra à Sra. Fernanda Matos, representante do Ministério da Cultura. A Sra. Fernanda Matos saúda todos os presentes, diz que está alegre com o momento e faz dois comentários antes do debate. Em primeiro lugar explica que o Ministério da Cultura tem construído as propostas de funcionamento do Sistema Nacional de Cultura com a participação da sociedade nas conferências nacionais de cultura e que o MINC coordena o sistema, explicando seu funcionamento e a legislação vigente sobre o tema. A representante do Ministério da Cultura fala ainda que é oportuna a criação deste Projeto de Lei, bem como a discussão sobre a construção do mesmo e ressaltar a dinâmica do funcionamento, mas destaca a autonomia que o Estado tem nas suas proposições e funcionamento, encerrando seu pronunciamento inicial. A Deputada Raquel Lyra registra a presença dos Deputados Aluizio Lessa e Antônio Moraes e os convida para compor a mesa, além de registrar mais algumas presenças. Posteriormente passa a palavra para a Sra. Silvana Meireles da Fundação Joaquim Nabuco que saúda a todos e fala da sua trajetória de contribuições na área de cultura. Silvana Meireles faz referências a textos que devem ser consultados e que estão disponíveis no site do Ministério da Cultura e que podem subsidiar as discussões, tece comentários sobre o funcionamento dos conselhos e explica seu formato. Faz sugestões sobre a construção do texto e diz da necessidade de amarrar alguns aspectos já neste texto, discordando do Presidente da FUNDARPE Severino Pessoa e diz que fez sugestões por escrito e que vai entregá-las ao Secretário Marcelo Canuto para contribuir com a construção. A Deputada Laura Gomes agradece. Em seguida faz uso da palavra a relatora do Projeto de Lei na Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Teresa Leitão. A relatora afirma que o texto da maneira como está não receberá sua aprovação, diz que dará o voto contrário ou outro relator terá de ser escolhido para aprovar o projeto da maneira como está. Diz que este projeto foi muito esperado e por isso a importância de ser modificado. Afirma ainda a deputada que vincular a cultura à educação é essencial, mas que há necessidade de estabelecer vínculos também com os direitos urbanos e as relações sociais e que isto não está posto no projeto. Afirma ainda a parlamentar que há um debate intenso sobre o tema e faz algumas considerações sobre o texto do Projeto de Lei, iniciando pelo Artigo 1º quando diz que há no texto a criação de dois conselhos, mas que poderia ser criado apenas um, diz que a criação do segundo conselho é uma posição política que precisa ser discutida. Em seguida a relatora destaca no Artigo 2º a necessidade de quantificar e rever o que está posto no Projeto de Lei pelo Governo do estado e alerta para a possibilidade de um tensionamento neste item, ressaltando a importância de definição dos critérios para as escolhas. Fala ainda da necessidade de organizar e definir a quantidade de reuniões numa proporção relacionada às atividades dos conselhos. Quanto ao Artigo 6º diz que não sabe se houve um erro de digitação, mas que há a necessidade de esclarecer a questão paritária e precisa de ajustes. A Deputada diz que quer concordar com a criação dos conselhos e sua necessidade de fiscalizar e exercer o controle social, inclusive o Conselho de Educação que precisa se relacionar mais com a sociedade. Fala da importância dos conselhos e de seu papel. Em seguida a relatora comenta o Artigo 8º e diz que quer fazer dois destaques quanto ao texto que diz que as competências do Conselho Estadual de Cultura serão absorvidas pelos novos conselhos e que os processos em curso serão concluídos. Afirma que não lhe ocorre uma proposta de substitutivo para essa redação mas ocorre dizer mais uma vez que os dois conselhos são colocados no mesmo patamar e que precisa de esclarecimentos nesta questão. Diz que vai ouvir os demais deputados e a sociedade civil. Agradece a presença de todos e que diz querer dar um parecer

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: **Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Marcantônio Dourado; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins Filho ; **3º Secretário**, Deputado Sebastião Oliveira Júnior; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativo** - José Lourenço de Sobral Neto; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Sérgio Maurício Coutinho Côrea de Oliveira; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira C. Torres; **Chefe do Cerimonial** - Franklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - Sebastião Rufino; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Queiroz Dourado; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Marconi Glauco; **Editora** - Fabiane Cavalcanti; **Repórteres** - Anselmo Monteiro, Fernando Neto, Mirella Lemos, Renata Varjal, Sandra Salisvânia, Verônica Barros e Yanna Araújo; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Lucas Neves, João Bitá, Rinaldo Marques e Williams Aguiar (estagiário); **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: scom@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

mais amplo com as contribuições. A Deputada Raquel Lyra agradece e diz que todos os demais deputados presentes abdicaram do uso da palavra e que portanto abrirá o debate com os demais. Convoca então o Sr. George Luiz para se pronunciar. George Luiz faz referência à presença do Sr. Roberto Peixe e diz que a sua preocupação é quanto à paridade tendo em vista a amplitude do movimento cultural em Pernambuco, afirmando que fica preocupado quanto à eleição para escolha dos representantes com assento nos conselhos. Em seguida a Deputada Laura Gomes fala acerca da sua participação em outros conselhos, mas chama a atenção para o Artigo 3º, que independente do mérito da remuneração diz que fica preocupada quanto aos demais conselhos que não recebem esta remuneração pois do contrário perderiam o caráter da independência quanto ao Governo. Diz ainda a Deputada que vê dois conselhos com naturezas distintas, ressaltando também que além de ser paritário os conselhos também precisam ter caráter técnico com respaldo e identidade com a causa que os envolve. A Deputada Laura Gomes destaca ainda sua preocupação quanto à indicação das entidades que compõem os conselhos e com o processo de escolha. Questiona mais uma vez a remuneração e a relação de independência para a execução do controle social. Destaca que se preocupa com a indicação das entidades para compor o conselho, e de que maneira isso será feito. Destaca também a preocupação com a qualidade técnica dos conselhos. Fala de sua experiência nos conselhos ligados à garantia dos Direitos Humanos. Diz a Deputada Laura Gomes que os conselhos são importantes para o controle social e precisam ser independentes. Fala que o Poder Executivo precisa dar estrutura para o funcionamento e participação de encontros, eventos, reuniões. A Deputada Raquel Lyra faz uso da palavra para dizer que concorda com as colocações da Deputada Laura Gomes e também com as questões colocadas pela relatora Deputada Teresa Leitão, inclusive quanto ao dimensionamento da quantidade de membros e reuniões previstas para cada conselho e a repercussão financeira para o Estado; ao mesmo tempo em que registra a necessidade de deixar a reunião em virtude de outro compromisso, solicitando que a deputada Laura Gomes continue presidindo a audiência. A Deputada Laura Gomes então comandando a reunião passa a palavra ao Sr. Israel Filho que agradece, mas não vai se pronunciar. A Sra. Rosana Simpson também é convidada a falar, mas não se pronuncia, ainda que também esteja na lista de oradores inscritos. Em seguida é convidado a fazer uso da palavra o Maestro Ademir Araújo. O Sr. Ademir Araújo questiona se a cultura tem que permanecer no papel criando conselhos? Diz que as discussões em torno da Cultura precisam ser melhoradas. Ao mesmo tempo faz um apelo dizendo que na cidade da Copa do Mundo não tem uma banda de música para tocar o Hino Nacional. Diz que não pode entender como a Banda da Polícia Militar está "caindo aos pedaços". Diz que as discussões muitas vezes não "dão em nada". Ressalta que o Sr. Nunes está esquecido, apesar de ter sido útil pra alguns prêmios. Pergunta porque os órgãos de cultura não resolvem algumas questões necessárias pontuais. Pede que quando o assunto for cultura os deputados e parlamentares em geral esqueçam as questões partidárias e ajudem o desenvolvimento da Cultura. A Deputada Laura Gomes pergunta se Fernanda Matos quer responder agora a pergunta do Sr. George Muniz e diante do posicionamento da mesma coloca para o final da sessão o momento de resposta. Em seguida faz uso da palavra o Sr. Feliciano Félix, diz que já foi contemplado em falas anteriores, diz que defende que seja constituído apenas um conselho e não dois, pois quando divide fragiliza. Diz que ambos os conselhos discutirão patrimônio e insiste que só haja a criação de um conselho. Diz que não deve haver remuneração aos conselheiros por ser um serviço de relevância, afirmando que se houver remuneração algumas pessoas poderão se interessar em ocupar os cargos pela remuneração o que seria ruim na opinião dele. Ao final defende que a sociedade civil seja escutada na formação do conselho. Diz que a discussão está atrasada, perguntando ao Sr. Roberto Peixe sobre discussões sobre o sistema de cultura. Em seguida a presidente passa a palavra para o pronunciamento o Sr. João Roberto Peixe que, após cumprimentar a mesa, destaca a necessidade da eleição por fóruns permanentes e não apenas a cada dois anos; afirma que a democracia se dá pela eleição dos membros contrário ao que dispõe o Projeto de Lei que prevê a indicação. Lamenta que não estejam discutindo o Sistema Estadual de Cultura, mas apenas a criação dos conselhos, que não deveria ser tratado isoladamente. Destaca que o conselho é a alma do sistema e garante a participação da sociedade, mas para funcionar bem, não pode apenas eleger de dois em dois anos seus membros. Diz ao Secretário Marcelo Canuto que gostaria de ter contribuído com o Projeto de Lei, uma vez que foi um dos delegados mais votados na Conferência Estadual e estava esperando trabalhar numa comissão na elaboração do texto. Afirma que o funcionamento adequado do conselho e o processo eleitoral dos conselheiros não estão assegurados no Projeto de Lei. Diz que o Projeto de Lei deve conter mais questões porque dá maior estabilidade e não ficar dependendo apenas de Decreto, que modificar a Lei no Congresso Nacional é complicado, mas na Assembleia Legislativa o trâmite é mais simples. Diz que o ponto mais polêmico é de fato quanto à representação. Diz que está apresentando à relatora sugestões por escrito com base em discussões do Conselho Nacional de Política Cultural. Sugere um substitutivo para o artigo que trata da remuneração com a seguinte redação "A função de membro estadual do Conselho Cultural não será remunerada e será considerada prestação de relevante interesse público. Para participar de reuniões do Conselho Cultural, fora do município de sua residência, os membros receberão passagens e diárias para atender suas necessidades". Afirma ainda que deveria ser criado um Projeto de Lei para a criação do Sistema Estadual de Cultura e seus componentes. Em seguida faz uso da palavra a Sra. Teca Carlos que após congratular-se com os presentes e agradecer a contribuição de todos à discussão, se posiciona contra a remuneração dos membros dos conselhos, defendendo apenas o pagamento de diárias e de ajuda de custos, quando necessário. Ressalta que defende a criação de dois conselhos. A Presidente Laura Gomes, registra a presença de mais alguns cidadãos. Em seguida usa da palavra o Sr. Edvaldo Júnior que, após cumprimentar a mesa e todos os presentes; afirma que não há necessidade de o Estado de Pernambuco possuir dois conselhos estaduais, diz que é possível a criação de câmaras setoriais; diz ainda que não se pode fazer diferenciação entre conselhos já existentes, conforme afirmou a Deputada Laura Gomes e que por isso não pode haver remuneração dos conselheiros. Registra a concordância com as contribuições de Silvana Meireles, da Deputada Laura Gomes e de Roberto Peixe. Diz que os membros precisam ser indicados. Diz que é equivocado o modelo do cadastro do produtor cultural e que os artistas precisam ser cadastrados como tais. Adverte ainda que concorda com a Deputada Teresa Leitão no que tange à fiscalização pelos conselhos. Em seguida se pronuncia a Sra. Maria das Dores que diz que a

discussão acerca do patrimônio é válida e que há necessidade urgente de se respeitar o patrimônio material e imaterial do Estado de Pernambuco. Em seguida se pronuncia o Sr. Marco Bonaccella que afirma ser importante fechar a formatação do conselho, que deve ainda ser descentralizado para locais além do Recife. Defende a inclusão de entidades a exemplo da Universidade Federal de Pernambuco, da Fundação Joaquim Nabuco, da Universidade de Pernambuco e do IPHAN local nos cargos do conselho. Defende que as decisões quanto à formação do regimento e à escolha dos membros do conselho deve ocorrer por meio de votação na Conferência Estadual de Cultura. Diz que o modo de funcionamento do conselho deve passar por uma discussão maior no âmbito da conferência, inclusive na construção do texto do Projeto de Lei; destacando ainda a importância de consolidar o Plano Nacional e o Sistema Estadual de Cultura. Em seguida, o Deputado Sérgio Leite aborda a questão da remuneração, com a qual diz não concordar, aprovando apenas a colocação de disponibilização de diárias por deslocamentos e gastos provenientes das reuniões. Afirma ainda o deputado que o Projeto de lei deve amarrar o máximo de informações possíveis, inclusive quanto ao número de membros. A Presidente declara abertas as discussões para o plenário, e avalia que os objetivos foram atingidos, no entanto, a tarefa de uma audiência pública é a de ouvir o máximo possível para criar elementos para ações das Comissões, e essas ações contribuirão para os encaminhamentos. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente agradece a presença de todos, principalmente, dos representantes das entidades presentes e encerra a audiência. E, para que tudo conste em registro, eu Ana Cristina Fonsêca – Coordenadora da Comissão de Educação e Cultura, secretariei os trabalhos e digitei a presente ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada. Sala das Reuniões, 20 de maio de 2014.

Deputada Laura Gomes
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Deputada Teresa Leitão
Deputado Júlio Cavalcanti
Deputado Eriberto Medeiros
Deputado Rodrigo Novaes
Deputado Tony Gel
Deputado Vinicius Labanca

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às onze horas, no Plenarinho III, no segundo andar do anexo I desta Casa Legislativa, foi realizada Reunião Ordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática, com a presença dos deputados Rodrigo Novaes, Pedro Serafim e Zé Maurício e sob a presidência da deputada Terezinha Nunes, com a finalidade de realizar distribuições dos Projetos de Lei Ordinária. A deputada presidente distribuiu para o deputado Pedro Serafim os projetos de nº 2152/52 que obriga a disponibilização de um exemplar impresso da cartilha de orientação as crianças e adolescentes, para prevenção contra a Alienação Parental, nas bibliotecas das escolas públicas e privadas de Pernambuco, bem como, em formato digital, nos sítios eletrônicos institucionais do Estado de Pernambuco e dá outras providências, de autoria do deputado Zé Maurício e o de nº 2160/2014 que altera a Lei nº 10.654, de 27/11/91, que dispõe sobre o processo administrativo-tributário, relativamente à respectiva informação, de autoria do Poder Executivo; distribuiu para o deputado Zé Maurício os projetos de nº 2155/2014 e o de nº 2157/2014 que autorizam o estado de Pernambuco a celebrar contrato de cessão de uso, em favor da organização Social Núcleo Gestor do Porto Digital, do imóvel que menciona, ambos de autoria do Poder Executivo; e para o deputado Rodrigo Novaes o Projeto de Lei nº 2164/2014 que institui a Política Estadual de Incentivo às Mídias Locais, Regionais e Produtores de Conteúdo de Mídias Digitais e dá outras providências, no âmbito do Estado de Pernambuco, de autoria do deputado Ricardo Costa. Então, não havendo nada mais a tratar, a Deputada Terezinha Nunes encerrou a presente reunião agradecendo a presença de todos. E por nada mais constar, eu, Maria Joseane Lopes de Amorim, lavrei e digitei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pela Presidente e demais membros da Comissão.

Membros Titulares:
Deputada Terezinha Nunes
Presidente
Deputado Zé Maurício
Deputado Pedro Serafim Neto
Deputado Rodrigo Novaes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

Essa novidade você vai curtir e também seguir



Quem gosta de acompanhar o dia a dia do desenvolvimento do Estado e da política pernambucana conta com dois novos canais, o Facebook e o Twitter. A Assembleia Legislativa está presente nessas mídias sociais, levando notícias diárias de interesse dos cidadãos.

Acesse, curta e siga.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br